**DESAPROPRIAÇÃO — CONFLITO ENTRE ESTADO E UNIÃO —
COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

— Havendo a União ingressado como assistente, na ação de desapropriação proposta pelo Estado, a competência para o processo é do Supremo Tribunal Federal.

Interpretação do art. 101, I, letra e da Constituição.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Requerente: Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica
Mandado de segurança n.º 11.075 — Relator: Sr. Ministro
ARI FRANCO**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de mandado de segurança número

11.075, do Espírito Santo, sendo requerente Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica.

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plena, à unanimidade, conhecer do pedido e deferi-lo, *ut* notas taquigráficas anexas.

Brasília, 29 de abril de 1963. — *La Fayette de Andrada*, Presidente — *Ari Franco*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Ari Franco — Senhor Presidente, a leitura do parecer da Procuradoria-Geral da República, da lavra do Procurador Olavo Drummond, aprovado pelo Dr. Cândido de Oliveira Neto, Procurador-Geral da República, porá o Tribunal inteirado do presente mandado de segurança, requerido pela Companhia Central Brasileira de Força Elétrica.

É o seguinte o aludido parecer:

“A Companhia Central Brasileira de Força Elétrica impetrou segurança, inicialmente em caráter preventivo, junto ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo alegando, entre outras coisas, o seguinte:

a) que o Governador do Estado, Dr. Haroldo Cordeiro (Presidente da Assembleia Legislativa), no exercício *interino* da Governadoria, *ex vi* do disposto no art. 261 da Constituição do Estado), em discurso proferido imediatamente à sua posse, declarou que iria proceder, com a máxima urgência, a encampação dos serviços concedidos à impetrante, bem como os seus respectivos bens;

b) que tais providências estariam ameaçadas de efetivação na legislação federal, assim como na ausência de atos indispensáveis das autoridades federais;

c) que na iminência de ser despojada de direito e bens objetos de sua concessão, por ato de puro arbítrio do Governo do Estado, com violação da legislação federal específica sobre energia elétrica e do seu contrato de con-

cessão em pleno vigor, formalizava a segurança preventivamente;

d) que as suas relações de concessionária com os Podêres Públicos, são originárias de título expedido em 8 de julho de 1927, pelo Estado do Espírito Santo, com prazo de vigência de cinquenta (50) anos;

e) que a Constituição federal de 1934 (art. 5º, nº XIX, letra j) e a Constituição federal de 1937 (art. 16, nº XIV) e a de 1946 (art. 5º, nº XV, letra l), reservaram para a *União* o poder de legislar sobre “*água e energia elétrica*”;

f) que, em conformidade com os mandamentos constitucionais, foi elaborada a legislação ordinária sobre a matéria dentro das novas diretrizes fixada pela União Federal;

g) que na legislação ordinária complementar figuram:

1) O Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10-7-34), que estabeleceu no art. 160 que “as concessões serão outorgadas pelo Presidente da República, referendadas pelo Ministro da Agricultura”;

2) Que no art. 149 do mesmo Código de Águas foram estabelecidas normas cumpridas pelo impetrante, para as empresas que *já eram concessionárias à data da vigência desse Código*;

3) Sobreveio o Decreto-lei nº 3.763, de 25-10-41, que estabeleceu de forma categórica, no seu art. 8º, que “o estabelecimento de rede de distribuição e comércio de energia elétrica dependem exclusivamente de concessão ou autorização federal;

4) Sobreveio, ainda, o Decreto-lei nº 3.764, de 19-8-43, que em seus artigos 1º e 2º e seu parágrafo, determinou:

“Art. 1º Enquanto não forem assinados os contratos a que se referem

os arts. 62 do Código de Águas, e 18, do Decreto-lei nº 252, de 11 de novembro de 1938, os direitos e as obrigações das empresas de energia elétrica, coletivas ou individuais, continuarão a ser regidos pelos contratos anteriormente celebrados com as derivações expressas na presente lei.

§ 1º A União substituirá automaticamente nestes contratos, desde a publicação desta lei, os Estados, o Distrito Federal, o Território do Acre e os Municípios, salvo quanto às obrigações e pagamentos decorrentes do fornecimento de energia elétrica para iluminação e outros serviços públicos ou de natureza local.

Art. 2º Estão igualmente sujeitas a esta lei as empresas termelétricas compreendidas nos arts. 10 a 11, do Decreto-lei nº 2.381, de 5 de junho de 1940" (fls. 3 e 4).

5) Que por esse último decreto-lei a União substituiu automaticamente os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre e Municípios, salvo quanto às obrigações taxativamente designadas naquele diploma;

h) que por força das disposições constitucionais e da legislação ordinária ficou a União Federal como única entidade investida de competência para outorgar concessão ou delegação para a produção, transformação e distribuição de energia elétrica (hidráulica ou termelétrica), em relação aos contratos pré-existentes ou posteriores ao Código de Águas e quer seja o concessionário um particular, uma empresa, um Estado ou um Município (art. 6º do Decreto-lei nº 852, de 11-11-1938), ficou consignado em lei que o poder de encampar os respectivos serviços pertence exclusivamente à União Federal (Constituição federal, artigo 5º, nº XV, letra l).

O impetrante, na inicial, fez remissão ao Código de Águas, art. 167; ao Decreto-lei nº 3.762, arts. 4º e 7º; ao Decreto-

-lei nº 4.295, de 13 de maio de 1942, 41.019, de 26-2-1957, arts. 1º, 2º, 63, 93, em que transborda a evidência de que a competência para expropriar ou encampar é da área exclusiva da União Federal.

Prossegue condenando o alheamento do Estado do Espírito Santo à legislação federal, bem como a ameaça que estaria prestes a se concretizar sem audiência à União Federal. Relembrou, igualmente, que o Estado do Rio Grande do Sul para promover a desapropriação da concessão da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense obteve um estímulo de autorização federal constante de um decreto executivo e uma tendenciosa deliberação do Conselho de Águas e Energia Elétrica e que, todavia, ainda assim, não se pode deixar de reconhecer que, embora de forma irregular, não prescindiu da autorização antecipada da União Federal (poder concedente), exigida pela legislação federal específica.

Citou, ainda, exemplos outros entre os quais o do próprio Estado do Espírito Santo, em anterior administração, assim se exressando:

"Com relação, mesmo, a este Estado, o então Governador Carlos Lindemberg, revelando ter pela legislação federal o respeito que deve merecer, pleiteou em officio dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República, datado de 3 do corrente, fôsse autorizada pelo Governo Federal "encampação, pelo Estado, dos bens da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, observados os resultados da Comissão dos levantamentos contábil e fisico cujos trabalhos estão prestes a findar-se". E acrescentou: "Se porventura fôr de todo impossível a autorização pleiteada, o Governo do Estado do Espírito Santo, com fundamento na alínea a do art. 1º do decreto federal de maio do corrente ano, que traçou diretrizes para a política governamental concernente às empresas que exploram serviços públicos ou de utilidade pública, requer caráter prioritário, para a

encampação da referida Companhia, concessionária da energia elétrica do Estado" (fls. 6).

E depois de citar tratadistas de renome chega ao fim do seu petição solicitando notificação do impetrado e a antecipada suspensão do ato violador, lesivo nos seus interesses, através de concessão da competente *liminar*.

Antes mesmo de ser apresentado o mandado preventivo a impetrante foi surpreendida com o Decreto número 302, de 30-7-62, declarando de utilidade pública para efeito de desapropriação "todos os bens, direitos, e instalações que direta ou indiretamente concorram exclusiva ou permanentemente para a produção, transmissão, transformação ou distribuição de energia elétrica de propriedade ou concessão da Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica".

A petição inicial tem a data de 30 de julho de 1962, e a entrega com a ressalva, se verificou a 31 de julho. No mesmo dia ocorreu a imissão provisória na posse dos bens da Companhia impetrante, autorizada pelo Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, na função judicante em caráter transitório. Postulada a ação expropriatória, em face do Decreto estadual nº 302, o meritíssimo Juiz julgou válidas as razões de urgência e no vestibular da ação despachou favoravelmente o pedido de imissão provisória formalizada pelo Estado do Espírito Santo.

A Companhia impetrante, em face disso, renovou a sua súplica, dessa feita contra o despacho de deferimento de imissão provisória proferido pelo Juizado da Fazenda Pública, 2ª Vara. E fê-lo renovando o seu protesto pela urgência do trâmite, ressaltando que o pedido do Governo, de imissão provisória, foi autuado, depois de 11 horas e já às 14 horas, com expedição do mandado de imissão efetivada, o Senhor Governador, solenemente, entrara na posse provisória dos bens da impetrante. Acrescenta, ainda, à guisa de informação, que o pa-

trimônio da Companhia encampada ascende à soma de dois bilhões de cruzeiros e que o Poder expropriante, o Estado do Espírito Santo, depositou em nome da expropriada "um cheque bancário de apenas Cr\$ 3.216.929,00".

Renovou, ainda, no adiantamento à impetração de fls. 42, os fundamentos, anteriormente expedidos na inicial, de que ao Estado não cabe expropriar serviço de utilidade pública dependente de concessão federal, à revelia da União. E, ao final da petição aditada, a impetrante denuncia frontal colisão com o art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, invocado pelo próprio autor, que, no ato do depósito refugiu às formalidades do inciso legal. E, postulando outros argumentos de complementação pediu a suspensão do ato violador.

Examinando a súplica, o ilustre Desembargador Relator Queirós do Vale, a fls. 54, indeferiu a liminar, sob fundamento de que, segundo informações da própria impetrante, as ameaças se haviam consumado com o decreto e se concretizaram com o deferimento da imissão provisória pelo Meritíssimo Juiz interino da 2ª Vara da Fazenda Pública. Estando em curso a ação expropriatória entendia que somente ao seu final poder-se-ia fulminar a imissão na posse dos bens da impetrante, que foi *provisória*, nos termos do art. 3º do Decreto estadual nº 302, que a autorizou. E, dando prosseguimento ao feito, mandou ouvir o MM. Juiz da 4ª Vara da Capital, Dr. Halley Pinheiro Monteiro, a quem reconheceu, àquela altura, como autoridade coatora, solicitando o seu pronunciamento no prazo da lei.

Insatisfeita, a impetrante aduziu petição de reconsideração de despacho fundamentando-a com a afirmação de que a prática do ato violador foi efetivada pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública, em cujo exercício provisório se encontrava o titular da 4ª Vara, Dr. Halley Pinheiro Monteiro. Acrescen-

tou, ainda que não sendo ato pessoal aquêle contra o qual se insurgia a supplicante, pedia reconsideração do despacho para que ouvida fôsse a autoridade titular do Juízo da 2ª Vara, a quem cabia prestar as informações de estilo.

Recebendo a petição de reconsideração o Sr. Desembargador-Relator indeferiu sob argumento de que, na conformidade do art. 7º, inciso I, e art. 10, ambos da Lei numero 1.533, mandou ouvir o *coator* ou a *autoridade coatora*.

Vieram aos autos as informações do Dr. Halley Pinheiro Monteiro que, em resumo sustentam:

a) que era legal a sua investidura transitória na 2ª Vara da Fazenda Pública, porque originária de determinação do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado;

b) que nenhum laço de parentesco o liga ao Senhor Governador do Estado; (no tocante a este *item* vale a observação de que não se justifica a explicação da autoridade informante, pois em *nenhum* capítulo da súplica a impetrante fez alusão ao possível parentesco porventura existente entre o Senhor Governador e o Juiz transitório da 2ª Vara);

c) que o feito teve andamento urgente em face do caráter preferencial que o próprio autor emprestou à medida;

d) que no tocante à falta de apoio legal não cabe a impugnação, pois:

“Cabe ao Poder Público decidir da conveniência, praticabilidade ou oportunidade da iniciativa” (*sic*).

E ainda que

“Ao Juiz não competia na oportunidade, apreciar se era dado ou não ao Governo do Estado do Espírito Santo promover a desapropriação dos bens da Central Brasileira, se tinha ou não competência para proceder como o fez” (*sic*).

E, ainda mais que

“Se o ato fôr inconstitucional sua anulação poderá ser apreciada na forma da lei, isto é, de acôrdo com o rito judiciário prescrito para tal fim” (*sic*).

E, por último, que

“Como a anulação teria que ser objeto de ação autônoma e jamais poderia ser pedida dentro do processo expropriatório não era dado ao Juiz, ao despachar a inicial, cogitar de tal aspecto da questão;

e) que no tocante ao depósito efetivado, considerava-o aceitável, visto como o expropriante era idôneo e o preço real da indenização seria arbitrado ao final da ação, pela sentença.

Veio aos autos, em seguida o parecer do Dr. Procurador-Geral do Estado, que pugnou pela inadequação do mandado de segurança para dirimir a espécie.

“Sobrevém, logo após, uma das peças fundamentais dos autos: o Dr. Tasso da Silveira Pessoa, Procurador da República no Estado do Espírito Santo, requer ao Senhor Relator do feito vista do processo, uma vez que transbordava nítido e claro o interesse da União. E fez juntar telegrama (fls. 73) do Procurador-Geral da República, Dr. Evandro Lins e Silva, dirigido a êle, Procurador da República no Estado, solicitando providências cabíveis, face ao interesse da União no processo em curso.

Deferida a vista, o procurador Tasso da Silveira Pessoa arguiu a incompetência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado para apreciar o feito de conformidade com o art. 126, parágrafo único da Constituição federal, art. 87 do C.P.C. e art. 101, nº I, letra “e” da mesma Constituição federal. E solicitou ao Colendo Colégio subissem os autos ao Excelso Pretório (Código Civil arts. 182, Parágrafo 1º e 279, Parágrafo único).

A fls. 78 está o venerando aresto do Colendo Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que tem esta ementa.

Ementa: — É da competência da União Federal o exame e julgamento das questões relativas à produção, exploração, comércio e encampação de serviços de energia elétrica (fls. 78).

É a seguinte a íntegra do Acórdão:

“Acordam os Juizes do Tribunal de Justiça do Estado, contra o voto do Exmo. Senhor Des. Ayres Xavier, declinar de sua competência para conhecer do pedido e remeter o mesmo à consideração do egrégio Supremo Tribunal Federal.

E assim decidem porque é manifesto, na espécie, o interesse da União Federal. Além de outros motivos, esse interesse decorre: a) de só ela poder legislar sobre riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, Energia Elétrica, florestas, caça e pesca; (Art. 5, nº XV, letra l da Constituição federal).

b) de serem as concessões desses serviços públicos outorgadas sempre por decreto do Presidente da República; (Código de Água, art. 160).

c) de só se poder estabelecer redes de distribuição e comércio de energia elétrica com autorização federal; (art. 8 do Decreto-lei número 3.799, de 25-10-41).

d) de só a União poder encampar a concessão desses serviços (art. 93 do Dec. nº 41.019, de 26-2-57).

e) desses serviços só poderem ser executados e explorados de acordo com o Código de Águas; e

f) ter o Exmo. Senhor Dr. Procurador da República, neste Estado, nas alegações de fls. 75, manifestado, de modo expresso, esse interesse.

E como esse interesse, já agora se conflita com o do Estado que decretou e levou a efeito a encampação da requerente, a competência para o exame e apreciação da matéria, se deslocou, sem dúvida, para a órbita do egrégio Supremo Tribunal Federal, para onde remetem os autos, em face dos termos claros do art. 101, nº 1, letra c da Constituição da República.

Vitória — sala das sessões do Tribunal em 11 de outubro de 1962. (fls. 78 e 79).

O venerando aresto constitui peça basilar para o entendimento da súplica e vale como prejudgamento da espécie. Ao afirmar a “competência da União para o exame e julgamento das questões relativas à produção, exploração, comércio e encampação de serviços de energia elétrica”, a douta decisão inquiriu, por óbvio, de inconstitucional o processo utilizado pelo Estado do Espírito Santo para expropriar e imitar-se na posse de companhia de serviço de utilidade pública *concedida*. A União Federal, não foi ouvida, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica não foi consultado, o Senhor Ministro da Agricultura não opinou sobre a pretensão e, por último, a autoridade do Senhor Presidente da República também foi *obviada* nos objetivos do Governo do Espírito Santo, consumados na imissão provisória concedida ao arrepio da Constituição federal e da legislação ordinária federal.

Da competência constitucional para legislar sobre águas e energia elétrica nasceu a legislação ordinária que é incisiva e categórica. As delimitações de competência se cristalizaram em nosso patrimônio constitucional, providas da Carta Política de 1934 (art. 5º, nº XIX, letra j) da Constituição federal de 1937 (art. 16, nº XIV) e na Constituição de 1946 (Art. 5º, nº XV, letra e). Sobreveio, então o Decreto nº 24.643, de 19-7-1934, (Código de Águas) que em seu art. 160 regulamenta o dispositivo constitucional estabelecendo que “as concessões serão outorgadas pelo Presidente da República, referendado pelo Ministro da Agricultura” e em seu art. 149 estendeu o regime de dependência à órbita federal às empresas que já fossem concessionárias à época da vigência do referido Código. Fortalecendo, ainda mais, o interesse constitucional de se reservar à União o poder e competência para deliberar sobre a matéria, o Decreto-lei número 5.764, de 19-8-43 (art. 1º e seu § e 2º) tornou mais categórica, ainda, a soberania decisória advinda da vontade do legislador Constituinte.

Em favor dos interesses da União, relegados pelo Decreto estadual número

302, clamam, ainda, os precisos termos do Decreto-lei nº 7.062 de 22 de novembro de 1944, que, em seus arts. 1º e 2º estatui:

“Art. 1º Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, transformação e distribuição de energia hidro ou termelétrica, desde que sujeitos às normas do Código de Aguas — Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 — e dos Decretos-leis ns. 2.281, de 5 de junho de 1940, 3.128, de 19 de março de 1941, e 5.764 de 19 de agosto de 1943, ainda que operador por empresas pre-existentes àquele Código, concorrendo diretamente para aquelas atividades, são vinculadas a esses serviços não podendo ser desembaraçados, vendidos ou cedidos *sem prévia e expressa autorização dos poderes competentes*, definidos nas leis e regulamentos sobre a matéria.

“Art. 2º Os atos dos Governos estaduais e municipais que se proponham a promover a desapropriação desses bens e instalações, na conformidade do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, *ficam sujeitos à aprovação prévia do Presidente da República*, na forma do Decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e ovidos o Ministério da Agricultura e o Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica.”

Preliminarmente, portanto, bem andou o colendo Tribunal do Espírito Santo em não discutir o mérito da segurança impetrada por força de sua inequívoca incompetência. Ocorre, entretanto, que a decisão ensejava outra preliminar — preliminar de mérito — que poderia ser discutida e julgada e não o foi. Se o fôsse o venerando aresto deveria por decorrência, declarar sem nenhum efeito o decreto 302 encampatório e expropriatório *bem como a imissão provisória decretada pelo MM. Juiz provisório da 2ª Vara*. E o raciocínio implica em faturar o óbvio: se o Colendo Tribunal não se julgou competente e sim a Suprema Corte — para deliberar sobre a matéria, e se a relação do interesse da União, por ausência de ato do Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro da Agricultura, foi denunciada desde a *inicial*, ainda mesmo antes da interferência

da Procuradoria da República, poderia o Meritíssimo julgador da 2ª Vara reconhecê-la evitando a consumação do ato da imissão concedida por faltar ao decreto estadual os pressupostos constitucionais que convalidaram a ação de desapropriação que se pretendia iniciar.

As informações do Meritíssimo Juiz da 2ª Vara não criam convencimento, notadamente em sua parte fundamental quando examinou o conteúdo legal do decreto do Governo do Estado. Entendeu o Meritíssimo Juiz que o Estado do Espírito Santo se revestia de soberania para decidir da conveniência, praticabilidade ou oportunidade da iniciativa, não competindo ao magistrado indagar da competência para a efetivação da medida. *Data venia* merece reparo o entendimento do ilustre Julgador *in casu* não se litigava em torno de interesses do Estado do Espírito Santo e de uma entidade particular. A União Federal, que era o poder concedente, ficara *a latere* não fôra consultada, não fôra ouvida e, em consequência, se malferia dispositivo constitucional expresso e toda uma farta legislação ordinária federal regulamentadora. Existe, caracterizado de plano, um direito líquido e certo violado, representado pela intervenção de poder público — o Estado do Espírito Santo, — em concessão onde não figurava ele como *poder concedente* ou simples *concessionário*. A relação jurídica existente entre a Impetrante e a União Federal promana de texto da Constituição expresso e não pode sofrer turbulência pela intervenção de poder público, quando este não esteja autorizado pelo poder concedente hierárquico e constitucionalmente superior.

E não tem razão, ainda, o Meritíssimo Juiz quando procura incompatibilizar o mandado de segurança como veículo para anulação do ato inconstitucional de autoridade. A Suprema Corte entende, ao revés, que o remédio heróico tem propriedade e eficácia para anulação de atos inconstitucionais, mesmo porque os incisos constitucionais, pelo poder de conceituação de direitos e garantias que transportam, se malferidos, fácil, muito fácil será a constatação pois o ato

violado incidirá sobre conceitos purificados pela liquidez e pela certeza.

É o caso do presente clamor, ao qual em hora certa se juntou a súplica da Procuradoria-Geral da República, em defesa dos interesses postergados pela União.

No adendo à inicial figura protesto da impetrante contra insuficiência do depósito do preço convencionado pelo Estado do Espírito Santo para o pagamento dos bens expropriados. Tal item não merece consideração, pois a discussão sobre preço, depósito ou valor pericial é incomportável na via eleita, somente podendo ser objeto de exame em ação ordinária.

Em síntese, o decreto estadual número 302, de 30-7-62 é flagrantemente inconstitucional, assim como inconstitucionais são os atos judiciais por força dele decorrentes. Foi frontalmente desatendido o art. 5º, XV, letra l, da Constituição Federal, conforme ficou claramente provado e violou-se, por igual, o art. 18 da mesma Carta Política, que diz:

“Art. 18. Cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.”

O Decreto Estadual nº 302, portanto é flagrantemente ofensivo à Carta Política da República.

Reconhecida a sua gritante inconstitucionalidade perderá, por óbvio, a sua dimensão jurídica, bem como sem nenhum efeito se tornarão os atos dele decorrentes, como sejam a ação de desapropriação ajuizada e a emissão provisória em consequência deferida.

Nos autos presentes o interesse da União Federal se afina com o da Impetrante, pois ambas sofreram violação constitucional por efetivação de ato praticado sem as cautelas de lei notadamente da Lei Magna.

Pelo deferimento da súplica presente.

Distrito Federal, 22 de fevereiro de 1963. — as.) *Olavo Drumond*, Procurador da República — Aprovado: *Cândido de Oliveira Neto*, Procurador-Geral da República.”

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Ari Franco (Relator) — Conheço do mandado. A alínea e do nº I do art. 101 da Constituição dá competência ao Supremo Tribunal Federal para julgar originariamente, as causas e conflitos entre e União e os Estados ou entre estes. Estamos, evidentemente, diante de um conflito entre a União e o Estado do Espírito Santo.

O Dr. Procurador-Geral da República classificou de “eleitoreiro” o Governo do Espírito Santo, nessa oportunidade. Ele classificou, a meu ver, muito bem: o Espírito Santo tinha como Governador um cidadão que assumira o cargo, como Presidente da Assembléia, em vista da renúncia do Governador, que era candidato a Senador Federal e ele também ia se afastar da Presidência da Assembléia e de fato se afastou, para concorrer às eleições estaduais, havendo a Assembléia eleito um outro para Governador.

Mas, naqueles dias em que estava como Governador, precisava ele obter votos do eleitorado e, então, baixou o Decreto nº 302, de 30 de julho de 1962, fazendo essa desapropriação, em matéria que é evidentemente, a meu ver, de interesse peculiar e vital da União.

Assim foi que entendeu o Tribunal do Espírito Santo porque lá mesmo, como o ilustre advogado salientou da tribuna, o Procurador da República teve oportunidade de intervir no processo, dizendo que a União era interessada e requerendo a remessa dos autos a este Supremo Tribunal. Foi diante dessa intervenção que o Tribunal de Justiça local remeteu os autos a este Supremo Tribunal.

Não há, assim, nenhuma dúvida sobre a competência deste Tribunal.

Não tenho também nenhuma dúvida de que a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica podia requerer o mandado de segurança, porque ela é interessada no feito e o mandado de segurança é remédio jurídico que permite o litisconsórcio. Ela poderia vir como assistente da União, mas podia tomar a iniciativa e curar dos interesses da União,

que estava curando dos próprios interesses, como concessionária.

Conhecendo do mandado, acolho o parecer da Procuradoria-Geral da República: defiro o pedido para proclamar a ilegalidade do Decreto Estadual nº 302, de 30 de junho de 1962 e conseqüentemente o desfazimento de todos os atos dele decorrentes.

É o meu voto.

VOTO

O Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira — Senhor Presidente, também estou de acôrdo com o eminente Senhor Ministro Relator, porque, na hipótese, se trata de um conflito entre a União e o Estado, pela intervenção da União no feito. De modo que se estabelece a competência do Supremo Tribunal, pelo art. 101, I, alínea e da Constituição.

Quanto ao mérito, também estou inteiramente de acôrdo com o eminente Senhor Ministro Relator, pois que o Estado desapropriou um serviço público federal, sem lei federal, sem a concordância da União, que, ao contrário, se opôs a esta desapropriação.

Entendo, pois, que o ato do Governo do Estado foi ilegal, termos em que acompanho o douto voto do eminente Senhor Ministro Relator, deferindo o pedido.

VOTO

O Sr. Ministro Vilas-Boas — Senhor Presidente, também estou de acôrdo com o voto do Senhor Ministro Relator. A causa é da nossa competência, *ex vi* do art. 101, I, letra e, porque é uma causa que se trava entre a União e o Estado do Espírito Santo.

No mérito, concedo o mandado, por ser o ato manifestamente ilegal.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Conheceram do mandado e o deferiram à unanimidade.

Presidência do Exmo. Senhor Ministro Lafayette de Andrada.

Relator: o Exmo. Senhor Ministro Ari Franco.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Senhores Ministros Vítor Nunes Leal, Gonçalves de Oliveira, Vilas-Boas, Ari Franco, Hahnemann Guimarães e Ribeiro da Costa.

Ausentes, por se acharem licenciados, os Exmos. Senhores Ministros Luís Gallotti e Barros Barreto.

Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros Pedro Chaves e Cândido Mota Filho.